moticias

da FEDERAÇÃO



JORNAL DA FNE NÚMERO ESPECIAL - JANEIRO 98 PREÇO : 100\$00 BIMENSAL

Directora: Manuela Teixeira

CONTRA A
DEGRADAÇÃO DO
ENSINO PARTICULAR,
VISITAS AOS
COLÉGIOS ATÉ AO
FINAL DO MÊS DE
JANEIRO

PELA DIGNIFICAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES DO ENSINO PARTICULAR, PLENÁRIOS DISTRITAIS ENTRE 2 E 13 DE FEVEREIRO Uma mensagem da Secretária-Geral

Que Futuro no Ensino Particular?

Os Sindicatos fundadores da FNE lutaram desde a sua origem, em 1974, por um sector de ensino particular prestigiado e prestigiante para quem nele trabalha. Nesta luta estiveram muitas vezes ao lado da Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular (AEEP) e algumas (poucas) vezes contra a mesma Associação.

Lutamos em conjunto, designadamente, pelo paralelismo e autonomia pedagógica e pela profissionalização no ensino particular...

Lutamos contra a AEEP quando não deu os passos necessários à equiparação das carreiras dos trabalhadores dos sectores público e privado da educação ou quando bloqueou negociações salariais.

Ao longo dos anos habituamo-nos a respeitar a Associação Patronal e a sermos por ela respeitados, a compreender as dificuldades do sector e a sermos compreendidos na nossa luta pela equiparação total de carreiras.

(Continua na página 3)

AEEP MOSTROU DESDE CEDO A SUA MÁ-FÉ NEGOCIAL

RECORDANDO...

A Federação Nacional dos Sindicatos da Educação (FNE), juntamente com os outros sindicatos da UGT representativos de todos os trabalhadores da Educação no Ensino Particular e Cooperativo apresentou em Junho de 1997 uma proposta de actualização salarial que assentava basicamente num aumento generalizado de 4,5%.

Em relação à carreira dos professores, a proposta apresentava nos últimos escalões aumentos superiores, numa tentativa de aproximação dos vencimentos destes professores aos do ensino público, dando assim cumprimento ao princípio que sobre a matéria de remunerações estabelece a lei.

Contraproposta da AEEP não tinha qualquer base de sustentação

A AEEP, através da sua comissão negociadora, respondeu, contrapropondo 2% para todas as categorias.

Nessa primeira reunião, os sindicatos da UGT relembraram que a sua proposta se enquadrava no conjunto de princípios em que assenta o Acordo de Concertação Estratégica, acordo amplo que não se resume à mera definição de política de rendimentos e preços. A reunião terminou sem que tivesse havido qualquer aproximação, na medida em que a AEEP se declarava alheia ao conteúdo do referido acordo, que, no seu entender, não a abrangia.

Sindicatos da UGT defenderam sempre os professores mais próximos da aposentação

Na segunda reunião, o coordenador da comissão negociadora dos sindicatos da UGT apresentou uma nova proposta nos seguintes termos:

Não docentes - 4%
Docentes:
 nível 1 - 6%
 níveis 2, 3, 4, 9 e11 - 8%
 níveis 5 e 7 - 4,5 %
 restantes níveis - 3,9%
Reclassificação das terapias

A esta nova proposta, os representantes da AEEP responderam com uma nova contraproposta:

Não docentes - 3%

Docentes

níveis 2, 4 e 9 - 3%

níveis 1, 3, 5, 7 e 11 - 2,75%

restantes níveis da base até ao 10

- 2,5%

Não tendo sido aceite pela frente dos sindicatos da UGT esta proposta, a comissão negociadora da AEEP resolveu acrescer a cada uma das percentagens anteriormente apresentadas mais 0,25%, o que configurava

Que Futuro no Ensino Particular?

(Continuação da página 1)

UMA ASSOCIAÇÃO QUE SE DESRESPEITOU A SI PRÓPRIA

O último ano, porém, pôs-nos face a face com uma Associação que não conhecemos e que, pelas atitudes que tomou, se desrespeitou a si própria. De facto, não só à Mesa das negociações bilaterais fez propostas num dia para as retirar no dia seguinte como reeditou este comportamento na fase de conciliação havida no Ministério do Trabalho. Excertos das actas de conciliação - que neste jornal se publicam -evidenciam esta afirmação.

Chegamos, agora, a uma encruzilhada complexa que nos deve levar a reapreciar o papel do ensino particular.

No que se reporta aos professores, a política da AEEP é para nós muito clara: oferece salários aceitáveis no início da carreira para criar abismos de diferença no topo, convidando, por esta via, os professores mais velhos a transitar para o ensino oficial. Só que esta atitude é insuportável para todos os professores (do particular e do oficial) e está, a prazo, condenada já que cada vez há menos vagas disponíveis no ensino público. Deste modo, a quem não quer ou não consegue transitar de sector de ensino fica reservada uma reforma extremamente baixa.

No que se reporta aos trabalhadores não docentes, o futuro não oferece melhor caminho. Nem mesmo o aumento que lhes tinha sido oferecido foi assegurado; a nova proposta patronal feita na mesa da conciliação - de razoáveis aumentos no subsídio de refeição e

de uma nova filosofia na atribuição desse mesmo subsídio - foi, à última hora, retirada.

LUTAR POR UM FUTURO DE DIGNIDADE PROFISSIONAL

Os trabalhadores do ensino particular - docentes e não docentes - têm o direito à indignação, devem lutar pela defesa dos seus legítimos direitos, não podem ver degradadas as suas condições de vida e de trabalho.

O Secretariado Nacional da FNE deliberou fazer dos meses de Janeiro e Fevereiro meses de esclarecimento e de reflexão com os trabalhadores do ensino particular. Assim:

- ao longo do mês de Janeiro dirigentes dos Sindicatos membros da FNE farão visitas aos Colégios para dialogar com os professores e funcionários e deixar material de esclarecimento;
- na primeira quinzena de Fevereiro realizar-se-ão plenários em todas as capitais de distrito tendo em vista debater as medidas a adoptar para garantir que as negociações do novo Contrato Colectivo sejam coroadas de êxito;
- até ao termo do mês de Fevereiro serão definidos os termos em que a FNE regressará à Mesa das negociações.

Só todos juntos poderemos fazer, de novo, o ensino particular um espaço em que seja dignificante trabalhar, em que cada trabalhador sinta estímulo para dar o melhor de si próprio sabendo que o seu futuro não será posto em causa.

Manuela Teixeira

__CONCILIAÇÃO NÃO ATINGE OS SEUS OBJECTIVOS . POR CULPA DA AEEP

Os sindicatos que constituem a frente sindical da UGT nas negociações sobre o ensino particular solicitaram ao então Ministério da Qualificação e Emprego uma intervenção de conciliação, devido à situação de ruptura a que se chegou nas negociações ocorridas entre sindicatos e entidade patronal no mês de Julho.

O Ministério da Qualificação e Emprego promoveu um conjunto de três reuniões, para conseguir obter pontos de convergência entre as partes envolvidas, já que ambas manifestaram desde o início a sua vontade de ser encontrada uma solução que pudesse ir ao encontro dos interesses defendidos por cada uma delas.

Depois de um primeiro encontro exploratório, onde AEEP e Sindicatos da UGT expuseram os seus pontos de vista e justificaram a ausência de acordo no processo negocial normal, foi promovido um segundo encontro, este já destinado a explorar vias de solução. É que, entre ambas as reuniões, o Ministério tinha promovido diligências informais, na tentativa de exploração de possíveis pistas de soluções que permitissem viabilizar a obtenção de um consenso.

O diferendo poderia ter sido resolvido através do aumento do subsídio de refeição, como a delegação da AEEP chegou a aceitar

No quadro destas diligências - que integraram, designadamente, auscultações das duas partes por contacto telefónico - releva, de modo particular, um encontro informal tripartido, promovido pela

mediação. Nesse encontro, o conciliador sugeriu que se explorasse a ideia, junto das comissões negociadoras, de que o o acréscimo percentual de 0,25%, já oferecido para a tabela dos não docentes e depois retirado, fosse calculado com base no vencimento mais elevado destes trabalhadores e fosse adicionado ao valor revisto do subsídio de refeição.

O próprio conciliador pôs em relevo as clivagens entre o ensino público e o particular

Também nessa altura o conciliador promoveu uma troca de impressões sobre a questão do agravamento das clivagens de condições entre professores do ensino público e do ensino privado.

Estas abordagens, nesta sede, tiveram um cariz exploratório, sendo de carácter informal, não vinculando quem quer que seja, visando - apenas e tão somente - habilitar o mediador para o encontro de propostas susceptíveis de merecerem a ponderação dos negociadores.

A entidade patronal revelou-se sempre indisponível para o diálogo

Das intervenções que se seguiram e do debate que ocorreu, ficaram claras as posições das partes reportadas a esta reunião.

CONCILIAÇÃO NÃO ATINGE OS SEUS OBJECTIVOS POR CULPA DA AEEP

Assim, a representação patronal:

- reafirmou a indisponibilidade para modificar as tabelas, tendo proposto o prosseguimento dos trabalhos de negociação, tendo em vista a revisão do clausulado do contrato.

Os sindicatos mantiveram uma disponibilidade permanente para o encontro de soluções

Por seu lado, a representação sindical não enjeitou, à partida, que os 0,25 pudessem ser reflectidos no subsídio de refeição (analisará os prós e os contras deste esquema alternativo), reputando de "problema sério" a indisponibilidade patronal para responder alguns dos níveis das tabelas dos docentes.

Apesar deste impasse, o conciliador anunciou que iria promover uma terceira reunião, de forma a que as partes pudessem entretanto analisar propostas de solução.

Direcção da AEEP rejeitou todas as vias de diálogo

Entre a segunda e a terceira reuniões, ficou prejudicada uma reunião restrita, tentada para 10 de Dezembro, atentos os resultados de deliberação da Direcção da AEEP, em reunião realizada no dia

antecedente e comunicados, em tempo útil, aos serviços da mediação.

Efectivamente, a Direcção da AEEP não deu o seu assentimento a propostas de solução que se encontravam pendentes.

Na tentativa de superar a falta de consensos, foram avançadas, pelo conciliador, outros esquemas alternativos que não lograram, também estes, o acolhimento das partes.

Nestes termos e neste quadro, propôsse o conciliador sugerir, à hierarquia, diligências complementares.

Não logrou êxito, portanto, a tentativa de conciliação.

Da parte da AEEP, registou-se uma intransigência total para encontrar vias de solução para este impasse. Da parte dos sindicatos da UGT, verificou-se uma amplíssima abertura para o encontro de soluções.

É de pôr em relevo as posições que cada uma das partes tomou, sendo que a delegação da AEEP impediu que este processo se transformasse numa etapa significativa de valorização dos trabalhadores docentes e não docentes do ensino particular, o que o mesmo é dizer de dignificação deste sector de ensino.

A FNE NÃO PACTUA COM DEGRADAÇÃO DO ENSINO PARTICULAR

É URGENTE APROXIMAR AS REMUNERAÇÕES DO ENSINO PRIVADO DO ENSINO PÚBLICO

Os Educadores de Infância e Professores dos ensinos básico e secundário do ensino particular têm vindo a distanciar-se cada vez mais dos seus colegas do ensino público, em termos remuneratórios. Essa distância é significativa em muitos dos níveis em que se decompõe a tabela de vencimentos do ensino particular e cooperativo.

Para que seja bem clara a diferença, deixam-se aqui quadros comparativos, para que todos se apercebam do muito que há para fazer para conseguir a legítima aproximação de posições.

Professores do 2º e 3º ciclos e Ens. Secundário (Licenciados)

Anos de serviço completos	Vencimentos no E. Particular	Vencimentos no Ensino Público	Diferença	
c/ 32 anos ou mais	440 220\$	473 400\$	- 33 180\$	
c/ 29 anos ou mais	386 980\$	473 400\$	- 86 420\$	
c/ 25 anos ou mais	331 100\$	416 400\$	- 85 300\$	
c/ 23 anos ou mais	308 300\$	416 400\$	- 108 100\$	
c/ 20 anos ou mais	308 300\$	342 200\$	- 33 900\$	
c/ 17 anos ou mais	287 320\$	299 500\$	- 12 180\$	
c/ 15 anos ou mais	287 320\$	285 200\$	+ 2 120\$	
c/13 anos ou mais	. 264 880\$	285 200\$	- 20 320\$	
c/ 10 anos ou mais	264 880\$	256 700\$	+ 8 180\$	
c/ 9 anos	228 580\$	256 700\$	- 28 120\$	
c/ 5 anos ou mais	228 580\$	228 200\$	+ 380\$	
até 5 anos	210 540\$	206 800\$	+ 3 740\$	
Não Prof.	175 560\$	185 400\$	- 9 840\$	

É URGENTE APROXIMAR AS REMUNERAÇÕES DO _ ENSINO PRIVADO DO ENSINO PÚBLICO

Situação comparativa dos Docentes do Ensino Particular em relação aos seus colegas do Ensino Público

Professores do 1º ciclo e Educadores de Infância

Anos	Venc. no Ens. Particular	Venc. no Ensino Público		Diferença docentes	Diferença docentes c/
de serviço		C/ Magist.	c/ Licenc.	c/ Magistério	Licenciatura
c/ 32 anos ou`mais	359 920\$00	416 400\$	473 400\$	- 56 480\$	·- 113 480\$
c/ 29 anos ou mais	331 100\$	416 400\$	473 400\$	- 85 300\$	- 141 300\$
c/ 26 ou mais anos	285 600\$	342 200\$	416 400\$	- 56 600\$	- 130 800 \$
c/ 25 anos ou mais	285 600\$	299 500\$	416 400\$	- 13 900\$	- 130 800 \$
c/ 23 anos ou mais	265 540\$	299 500\$	416 400\$	- 33 960\$	- 150 860\$
c/ 20 anos ou mais	265 540\$	285 200\$	342 200\$	- 19 660\$	- 76 660\$
c/ 19 anos ou mais	224 200\$	285 200\$	299 500\$	- 61 000\$	- 75 300\$
c/ 17 anos ou mais	224 200\$	256 700\$	299 500\$	- 32 500\$	- 75 300\$
c/ 15 anos ou mais	224 200\$	256 700\$	285 200\$	- 32 500\$	- 75 300\$
c/ 13 anos ou mais	208 340\$	228 200\$	285 200\$	- 19 860\$	- 76 860\$
c/ 11 anos ou mais	208 340\$	228 200\$	256 700\$	- 19 860\$	49 900\$
c/ 10 anos	208 340\$	206 800\$	256 700\$	+ 1 540\$	- 76 860\$
c/ 9 anos ou mais	166 980\$	206 800\$	256 700\$	- 39 820\$	- 89 720\$
c/ 6 anos ou mais	166 980\$	206 800\$	228 200\$	- 39 820\$	- 61 220\$
c/ 5 anos	166 980\$	164 000\$	228 200\$	+ 2 980\$	- 61 220\$
c/ 3 anos ou mais	148 060\$	164000 \$	206 800\$	- 18 920\$	- 58 740\$
até 3 anos	148 060\$	142 600\$	206 800\$	+ 5 460\$	- 58 740\$

AEEP MOSTROU DESDE CEDO A SUA MÁ-FÉ NEGOCIAL

(Continuação da página 2)

o seguinte quadro de aumentos:

Não docentes - 3,25% Docentes

> níveis 2, 4 e 9 - **3,25**% níveis 1, 3, 5, 7 e 11 - **3,0**% restantes níveis da base até ao 10 - **2,75**%

Perante esta proposta, a frente de sindicatos da UGT apresentou uma nova contraproposta que, embora correspondesse a uma tentativa de aproximação aos valores apresentados como últimos pela AEEP, pretendia assegurar um primeiro passo para a equiparação dos vencimentos dos professores do ensino particular aos do público e o compromisso de que esse esforço continuaria.

Nesse quadro, a FNE admitia a continuidade das negociações para revisão do clausulado e nesse âmbito o encontro de soluções, ainda que de forma faseada, permitissem a total equiparação de condições de trabalho. Neste momento a principal preocupação da FNE eram os vencimentos dos professores com muitos anos de serviço, já perto da aposentação, pelas consequências que se repercutiriam no resto da vida para aqueles que se reformassem.

AEEP FAZ ACORDO COM CGTP NO INTERVALO DE DUAS REUNIÕES COM A UGT

A comissão negociadora da AEEP declarou não poder ir além da sua última proposta, tendo a parte sindical, reconhecendo a proximidade de algumas propostas, pedido que fosse marcada outra reunião, permitindo assim maior reflexão sobre os números adiantados.

Na última reunião de negociação, ocorrida no final do mês de Julho, a comissão negociadora da frente de sindicatos da UGT foi confrontada com a informação fornecida pela AEEP de que entretanto esta associação já tinha chegado a acordo com a frente sindical da CGTP, pelo valor de 3%.

Esta atitude de má-fé utilizada pela AEEP foi imediatamente vincada pelos sindicatos da UGT, desconsiderados pela comissão negociadora da AEEP.

Com efeito, não se pode aceitar que uma comissão negociadora avance numa reunião com uma proposta e que a esqueça na etapa seguinte de negociações, como se ela nunca tivesse existido.

Da parte dos sindicatos da UGT, foi registada a atitude inqualificável assumida pela entidade patronal e foi assumida a ruptura das negociações.

FNE DEFENDEU, DEFENDE E DEFENDERÁ UM ENSINO PARTICULAR DE GRANDE QUALIDADE